



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11161>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v16i26.11161>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 16 | N. 26 | Jun., 2022, pp. 193-216

Submissão: 26/10/2021

Aprovação: 04/03/2022

DISCUSSÕES SOBRE O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE: OS CURSOS DE PEDAGOGIA LICENCIATURA SOB ANÁLISE

DISCUSSIONS ON SEXUALITY DEVICE: UNDERGRADUATE PEDAGOGY COURSES UNDER ANALYSIS

Juliana Lapa RIZZA  

Universidade Federal do Rio Grande - FURG¹

Gisele Ruiz SILVA  

Universidade Federal do Rio Grande - FURG²

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a trama discursiva que constitui disciplinas que abordam elementos do dispositivo da sexualidade, as quais estão alocadas nos currículos dos cursos de Pedagogia Licenciatura ofertados em universidades federais brasileiras. Assume a perspectiva pós-estruturalista, na vertente dos estudos foucaultianos em suas interseções com os estudos de gênero e sexualidade como lente teórica. A metodologia opera com a prática da problematização ao vasculhar as ementas das disciplinas e evidencia que a Pedagogia Licenciatura se destaca como curso privilegiado para tais discussões, alocando disciplinas curriculares que colocam em operação formas de abordagem dos temas de gênero e sexualidade com o intuito de constituir docentes cujos conhecimentos sejam reconhecidos e autorizados a atuar na condução do debate de gênero e sexualidade, evidenciando importantes estratégias de atuação do dispositivo da sexualidade que coloca essas discussões cada vez mais em evidência na contemporaneidade.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Pedagogia licenciatura. Disciplinas acadêmicas.

Abstract: *This article has the objective to analyze the discursive web that constitutes disciplines that approach elements of sexuality device, which are allocated in the curriculum of Undergraduate Pedagogy courses offered in Brazilian federal universities. It assumes a post-structuralist perspective under Foucault's studies and their intersections with studies of gender and sexuality as the theoretical perspective. The methodology operates with the practice of problematization as it scours the courses syllabuses and evidences that Undergraduate Pedagogy stands out as a privileged course for such discussions, allocating disciplines that set into operation ways of approaching gender and sexuality topics in order to establish teachers whose knowledge is recognized and authorized to act in the conduction of gender and sexuality debate, pointing out important acting strategies of the sexuality device, which increasingly highlight these discussions in contemporary times.*

Keywords: *Gender. Sexuality. Undergraduate pedagogy. Academic disciplines.*

¹ Graduada em Pedagogia Licenciatura com habilitação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mestrado e doutorado em Educação Ambiental (FURG). Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Professora Adjunta do Instituto de Educação da FURG. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese/FURG). Tem experiência na área de educação, com ênfase nas questões de corpos, gêneros e sexualidades na Educação Básica e na formação inicial e continuada de professores/as.. *E-mail:* rizzalapajuliana@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia Licenciatura com habilitação em Pré-Escola pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mestrado e doutorado em Educação em Ciências (FURG). É professora adjunta do Instituto de Educação (FURG) e integrante da Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação a Distância (SEAD/FURG). É vice-líder do Grupo de Estudos Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia (GEECAF/FURG) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE/FURG). Tem interesse em pesquisas que envolvem os seguintes temas: produção de subjetividades infantis pela perspectiva da filosofia da diferença, estudos culturais em educação e estudos foucaultianos em educação. *E-mail:* gisaruisilva@gmail.com.

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

No âmbito das discussões em torno do gênero e da sexualidade nos últimos anos, é notório o cenário de disputas que por vezes autoriza o debate no interior dos espaços educativos, por vezes o proíbe e condena. Seja por um aspecto ou outro, é inegável que o tópico que relaciona gênero, sexualidade e escola está sempre em pauta. Este artigo é resultado das provocações de duas pesquisas anteriores realizadas em nível de doutorado. Juliana Rizza (2015) teceu discussões em torno das disciplinas que abordam gênero e sexualidade nos cursos de graduação em universidades federais brasileiras; Gisele Silva (2019) tensionou a Pedagogia enquanto legitimadora de verdades no campo de saber da ação docente. O encontro das provocações que atravessam as pesquisadoras resultou na tecitura de um debate a respeito da primazia dada ao Curso de Pedagogia para disciplinas que circulam o debate do gênero e da sexualidade.

O objetivo deste artigo é analisar a trama discursiva que constitui disciplinas que abordam elementos do dispositivo da sexualidade, as quais estão alocadas nos currículos dos cursos de Pedagogia Licenciatura ofertados em universidades federais brasileiras. Assim, busca evidenciar que a Pedagogia é assumida como campo do saber legitimado para a formação de professores/as que sustenta e é sustentada pelo exercício de um currículo que põe em funcionamento certos jogos de poder, os quais definem as possibilidades de incursão pelas discussões de gênero e sexualidade, permeando por seus discursos aquilo que é possível ser dito e de que formas deve ser dito.

Assim, o texto que segue se estrutura da seguinte forma: em *Estratégias teórico-metodológicas de produção e análise dos dados*, anunciamos o referencial teórico ao qual nos filiamos para esta discussão e apresentamos o processo de produção dos dados que são postos em discussão neste artigo. Na sequência, em *A pedagogia e o currículo como definidores da formação docente* damos destaque aos modos como o currículo escolar/acadêmico coloca em funcionamento certos jogos de força e como a Pedagogia se encontra ao par desse movimento ao atuar no campo da formação de professores/as e assumindo a atribuição de formar certo tipo de sujeito a partir de uma arte pedagógica que lhe é própria. Por fim, tecemos algumas problematizações em torno das disciplinas mapeadas nos sites das universidades públicas federais pesquisadas, discutindo como o dispositivo da sexualidade foi se modificando ao longo de sua história, chegando a assumir status de matéria pedagógica a ser lecionada em curso de formação de professores/as. Encerramos provisoriamente o debate deixando em aberto algumas indagações que nos fazemos às quais não estamos convencidas de que devam ou não ser respondidas, uma vez que acreditamos que deixar o

pensamento aberto para novos pensamentos talvez seja mais instigante para a criação de outras possibilidades de educação e de vida.

ESTRATÉGIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Estabelecer pontos de saída, trajetos para o percurso e pontos de chegada, ou seja, construir um método *a priori*, é algo que não é possível ser pensado quando as escolhas teórico-metodológicas estão orientadas pelos estudos de Michel Foucault. No entanto, sem um método, sem algumas estratégias, não é possível construir entendimentos acerca dos dados da pesquisa. Então, poderíamos dizer que se estabelece, assim, uma contradição, pois não há métodos pré-estabelecidos, mas eles – os métodos – são importantes para compreensão do processo de pesquisa e dos dados produzidos.

A partir dos óculos teóricos que escolhemos utilizar nesta escrita, a metodologia é o caminho que possibilita chegarmos a algum lugar, “no nosso caso, para uma abordagem, para um entendimento” (VEIGA-NETO, 2009). Sendo assim, não existem estratégias metodológicas fixas, rígidas, a fim de evidenciar uma hipótese, mas, com isso, não queremos dizer que uma pesquisa que se constitua a partir dessa forma de compreender o percurso metodológico, tudo aceita, ou seja, que cabe tudo, já que não se delimitam o método, o trajeto percorrido ou que não existam rotas possíveis previamente pensadas.

Na pesquisa de inspiração foucaultiana são estabelecidos alguns critérios, feitas algumas escolhas; enfim, o percurso vai se constituindo ao longo do processo de pesquisa e não anteriormente a ele. Dessa forma, as ideias propostas por Foucault “*constituem uma teoria* e apontam um método ou, talvez melhor dizendo, *constituem uma teorização* – como um conjunto aberto/inacabado de práticas que se valem de diferentes métodos” (VEIGA-NETO, 2009, p. 92) (*grifos do autor*).

Então, os caminhos escolhidos e os percursos traçados não estão engessados, eles são fluidos. Assim, enquanto pesquisadoras, sentimos certa liberdade, a partir das lentes teórico- metodológicas que utilizamos, de (re)pensar, (re)significar e, até mesmo, fazer e refazer esses caminhos durante os percursos traçados, e dessa forma construímos os dados empíricos analisados neste artigo, tomando como referência a inspiração metodológica que nos permitiu operar com algumas ferramentas da genealogia foucaultiana e da prática da problematização propostas por Foucault. Assumimos, assim, algumas pistas desse método de análise a fim de dar visibilidade e problematizar o presente por meio do material analítico escolhido: disciplinas acadêmicas que abordam gênero e sexualidade em cursos de Pedagogia de universidades federais brasileiras.

A problematização como estratégia analítica proposta por Michel Foucault trata de uma forma de olhar para o objeto de análise, colocando sob suspeita as verdades que o sustentam e problematizando suas condições de existência. Isso exige, ao mesmo tempo, flexibilidade e rigor: flexibilidade para perceber e enveredar pelos caminhos dados ao longo do percurso investigativo; rigor para não se desviar dos conceitos e peculiaridades da própria teorização. Esse é o exercício filosófico da crítica: olhar a exterioridade do objeto, olhar aquilo que o circunda, atravessa, sustenta; dar a ver o jogo das relações de poder e saber que fazem com que certas verdades sejam produzidas e postas em funcionamento em determinado momento e não outro. Eis o nosso exercício neste texto no que remete à possibilidade de presença dos discursos de gênero e sexualidade em cursos de Pedagogia de universidades federais brasileiras.

Para a produção dos dados, realizamos alguns movimentos. O primeiro deles foi mapear em todas as cinco regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul – as universidades públicas federais devidamente credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC). O mapeamento das universidades foi realizado por meio do Portal do Ministério da Educação, em que é possível encontrar no *link* Instituições de Ensino Superior (IES) credenciadas pelo MEC.

196

Com acesso aos dados das instituições, buscamos nos espaços virtuais das universidades federais, o curso de Pedagogia e as disciplinas que integram os currículos. Para buscar pelas disciplinas que discutem as questões de gênero e sexualidade, elencamos algumas palavras-chave. Sendo assim, optamos por olhar, primeiramente, a nomenclatura de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de Pedagogia das instituições pesquisadas e utilizamos as seguintes palavras-chave: gênero, diversidade, sexualidade, educação sexual e orientação sexual.

Ao encontrar essas palavras-chave já no nome das disciplinas, optativas e/ou obrigatórias, estas foram selecionadas como contendo discussão sobre gênero e sexualidade. Dessas disciplinas ofertadas, algumas apresentam-se de forma optativa e outras são obrigatórias, totalizando 64 disciplinas sendo ofertadas nos cursos de Pedagogia das universidades federais presentes nas cinco regiões do Brasil.

A partir desse dado, como estratégia de análise buscamos operar com o conceito de problematização dado por Foucault, que sugere que nos afastemos do objeto analisado e olhemos sua exterioridade, desnaturalizando práticas e desconstruindo verdades. Olhar, assim, para certa normatividade e colocá-la em suspenso, interrogar nossa relação com a verdade, travando um exercício crítico do pensamento sem a pretensão de buscar alguma solução. Olhar para a exterioridade

da Pedagogia, suspeitar das verdades que nos constituem pedagogas é fazer balançar nossas bases, por vezes rachar nossas estruturas mais sólidas e fazer tremer o pensamento.

A problematização está relacionada com a história do pensamento, uma estratégia de análise assumida por Michel Foucault, que

se interessa por objetos, por regras de ação ou por modos de relação a si à medida que os *problematiza*: ela se interroga sobre sua forma historicamente singular e sobre a maneira com que eles representaram em uma época dada certo tipo de resposta a certo tipo de problema (REVEL, 2004, p. 81) (*grifo da autora*).

Nesse sentido, problematizar, pensar problematicamente é a prática filosófica que reconhece a descontinuidade como fundamento do ser. Não se trata de andar na contramão do mundo: trata-se de assumir que a verdade é uma construção histórica, que aquilo que tomamos como consenso é produzido no jogo das relações de saber-poder em que estamos imersos.

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz algumas coisas entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.) (FOUCAULT, 2010, p. 242).

Ao assumir uma história do pensamento, inserimos as disciplinas sobre gênero e sexualidade na ordem das práticas e das políticas, “o que se poderia chamar de problemas ou, mais exatamente, de problematizações” (FOUCAULT, 2010, p. 231). Foucault – na entrevista a Paul Rabinow em maio de 1984, intitulada Polêmica, Política e Problematizações – explica que o que difere o pensamento é que ele não se insere no campo das representações que implicam determinado comportamento e que, também, o pensamento pode ser diferente do conjunto de atitudes que o definem. Em suas palavras:

O pensamento não é o que se presentifica em uma conduta e lhe dá um sentido; é, sobretudo, aquilo que permite tomar uma distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir, e tomá-la como objeto de pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins (FOUCAULT, 2010, pp. 231-232).

James D. Marshall (2008) argumenta que esse “tomar uma distância”, a que se refere Foucault, não tem relação com desvelar algum conhecimento ou conjunto de práticas que estejam ocultos no objeto e que possam ser revelados (para serem julgados como verdadeiros ou falsos). O ato de “tomar uma distância” é um ato de liberdade, da liberdade de afastar-se do objeto e refletir sobre ele, assumindo-o como um problema.

Nesse sentido, imbuídas das provocações foucaultianas nas formas de pensar o pensamento e tecer problematizações em torno de um objeto, passamos à próxima sessão deste texto em um

exercício de tensionar a Pedagogia como a área de conhecimento dedicada à formação de sujeitos docentes e o currículo com artefato que produz verdades e, por conseguinte, propaga e reafirma saberes pedagógicos que têm estatuto de cientificidade desde a modernidade.

A PEDAGOGIA E O CURRÍCULO COMO DEFINIDORES DA FORMAÇÃO DOCENTE

Enquanto pedagogas, com nossas formações construídas em uma universidade pública federal, assumir a Pedagogia como objeto de análise e tecer a crítica, no sentido da crítica radical como nos convida o filósofo francês Michel Foucault (2015), exige um exercício por vezes bastante difícil de afastamento e desconfiança das verdades que nos constituem como docentes. Nos faz colocar sob suspeita as professoras que fomos e ainda somos, nas verdades que assumimos em nosso fazer cotidiano, seja na educação básica, seja no ensino superior. Talvez esteja aí o grande privilégio de trabalhar com Foucault e aprender com sua filosofia, talvez seja esse exercício de problematizar o que nos atravessa para pensar sobre nós mesmas, sobre nossas formas de atuar e construir uma ação sobre si e junto ao outro que se encontre a potência do pensamento e, quiçá, da educação.

Nesse exercício instigante, tenso e desconcertante nos pusemos a pensar no currículo e as artimanhas que o atravessam e sustentam. Sobre os deslocamentos que marcam as diferentes teorias que buscam explicá-lo e a diversidade de estudos os quais produziram múltiplos entendimentos sobre ele, consideramos relevante explicitar, ainda que de forma breve e simplificada, as diferentes teorizações utilizadas no campo do currículo.

De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2007), encontramos hoje as seguintes teorias curriculares: a tradicional, que se baseia numa perspectiva conservadora da função social e cultural da escola e da educação; a crítica, que entende a escola como uma instituição voltada para reprodução das estruturas de classe da sociedade capitalista; e a pós-crítica, que se baseia no entendimento do currículo como prática cultural e como prática de significação.

Dentre essas teorias que produzem o entendimento de currículo, temos transitado pelas pós-críticas, fundamentando nossos entendimentos a partir dos aportes teóricos de autores como Tomaz Tadeu da Silva (2007; 2008a; 2008b) Alfredo Veiga-Neto (2002), Marisa Vorraber Costa (1999), Júlia Varela (2010), entre outros. É a partir desse campo conceitual que procuramos problematizar algumas considerações sobre a constituição da Pedagogia como campo de saber e do currículo dos cursos de Pedagogia, destacando a inserção de disciplinas que envolvem discursos de gênero e sexualidade.

Por esse viés, entendemos o currículo escolar/acadêmico como um artefato cultural, em constante transformação, o qual se encontra implicado em relações de poder e (re)produz visões sociais particulares e interessadas, engendrando identidades individuais e sociais particulares, colocando saberes pedagógicos em funcionamento. Assim, conforme destaca Tomaz Tadeu da Silva (2007), o currículo é uma área contestada, uma arena política, ou seja, é o espaço em que se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do currículo, concebido como elemento discursivo da política educacional e dos saberes pedagógicos, que os diferentes grupos sociais, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua verdade.

No exercício da análise filosófica pelo viés da problematização, além de conhecer e discutir sobre as diferentes teorias do currículo e a história da Pedagogia, é importante também questionar por quais razões alguns conteúdos e não outros são selecionados para integrá-lo, porque determinada organização curricular e não outra, porque determinada forma de ensinar e não outra. O que faz com que certos saberes entrem para o campo das possibilidades de abordagem e outros fiquem de fora? Quais jogos de representação são postos em funcionamento quando elencamos determinada abordagem para uma ementa de disciplina que discute questão de gênero e sexualidade em um curso de Pedagogia? É válido lembrar o que há mais de uma década nos alertava Marisa Vorraber Costa, na obra *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Segundo ela,

O currículo e seus componentes constituem um conjunto articulado e normatizado de saberes, regidos por uma determinada ordem, estabelecida em uma arena em que estão em luta visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas, significados sobre as coisas e seres do mundo (1999, p. 41).

Nesse sentido, o currículo sanciona socialmente o poder através das maneiras e das condições pelas quais o conhecimento é selecionado, organizado e avaliado nas escolas, nas universidades (POPKEWITZ, 2008) e pelos saberes da Pedagogia. Isso implica em não ver o currículo como resultado de um processo social necessário de transmissão de valores, conhecimentos e habilidades, em torno dos quais haja um acordo geral, mas como um processo contínuo de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes concepções sociais, em que vencem aqueles que ascendem ao estatuto de verdade pela chancela científica. Dessa forma, olhar para a composição dos currículos dos cursos de Pedagogia e neles mapear as disciplinas que discutem gênero e sexualidade ali ofertadas é um exercício de tensionar verdades e provocar nosso pensamento, abrindo espaço para perguntas, desconfiando de sentidos postos como verdadeiros, legítimos ou essenciais.

É certo que como pedagogas e pesquisadoras do campo da educação e da educação para a sexualidade, identificar a existência de disciplinas que promovem tais discursos em espaços legitimados de formação de professores/as é importante e inspirador, uma vez que vemos o tema tomar lugar na arena de batalhas do currículo. No entanto, não podemos nos furtar de olhar para tal feito com desconfiança e provocar a nós mesmas enquanto defensoras de tal feito como uma conquista. No exercício foucaultiano da problematização, nosso pensamento não se permite ficar parado, é de luta, de embate, de jogo de forças que se trata. É de um movimento incessante do que entra e do que sai de cena que se faz o currículo, de ideias que se tornam saberes e assumem e/ou perdem estatuto de verdade que nosso fazeres no campo da educação e da Pedagogia são constituídos.

Assim, pensar os currículos dos cursos de Pedagogia implica no questionamento das práticas pedagógicas que vêm enfatizando uma visão de conhecimento escolar como o “desvelamento das verdades do mundo”, legitimando os discursos científicos como verdades incontestáveis e, por esse motivo, esses conhecimentos científicos é que são válidos de serem trabalhados nas escolas. O processo de fabricação dos currículos das universidades não é um processo lógico e nem neutro, mas social e cultural, no qual convivem, lado a lado com fatores lógicos, epistemológicos e intelectuais, determinantes sociais menos “nobres” e menos “formais”, tais como interesses, rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e de controle. Nesse sentido, o currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos *considerados* socialmente e cientificamente válidos.

O currículo é produzido para ter efeitos sobre pessoas. E tem! As instituições educacionais processam conhecimentos, mas também – e em conexão com esses conhecimentos – produzem pessoas. Assim, é importante prestar atenção às formas pelas quais o processamento diferencial do conhecimento está vinculado ao processamento diferencial de pessoas. Diferentes currículos produzem diferentes sujeitos, de forma que não devem ser vistos apenas como representação de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas.

Abordar gênero e sexualidade em uma disciplina de formação de professores/as implica não só provocar a produção das identidades destes sujeitos em formação acadêmica, mas, por extensão, ensinar como tais sujeitos podem agir para formar um determinado tipo de sujeito esperado na sociedade atual, talvez, a partir da conformação de certos modos de viver o gênero e a sexualidade, por meio de certas técnicas consideradas adequadas para a abordagem com crianças, entre outras formas de definir condutas docentes tão próprias da Pedagogia.

O saber legitimado da Pedagogia teve seu status constituído em um longo processo histórico de mudanças nas formas de vida desde o Renascimento, que passou pela construção de um conceito moderno de infância e a necessidade de pedagogização dos conhecimentos de forma a separar o que pertencia à vida das crianças do que pertencia à vida adulta (VARELA, 2010). No início do século XIX,

os saberes tiveram que se ver submetidos a regras internas; cada campo devia delimitar os critérios que permitissem selecionar o falso, o não saber e, ao mesmo tempo, definir critérios de cientificidade. Cada saber devia se constituir em disciplina dentro de um campo global (o da ciência), um campo que se enfrentava com o problema da divisão dos saberes, de sua comunicação, classificação e hierarquização (VARELA, 2010, p. 91).

Nesse sentido, é possível entender que os saberes pedagógicos assumem lugar de verdade por uma combinação entre a pedagogização dos conhecimentos e a disciplinarização interna dos saberes, processos históricos que, de acordo com Varela, fazem nascer uma ciência pedagógica, uma pedagogia que racionaliza “uma certa organização escolar e certas formas de transmissão” (VARELA, 2010, p. 93).

Tal marca da Pedagogia a sustenta ainda hoje como ciência legitimada sobre as formas de transmissão/construção de conhecimentos na escola/universidade. É ela, a Pedagogia, que vai acionar um conjunto de saberes e definir as formas com que tais saberes podem ser mais bem conduzidos para que se promova a aprendizagem, uma certa aprendizagem para um certo tipo de sujeito. A isso, Silva (2019) identificou como arte pedagógica, uma arte capaz de definir nossas formas de fazer docentes, uma arte que acionamos ao elencar que saberes serão trabalhados, em quais momentos, para quem e como. Uma arte que define verdades no campo da educação, que inclui o que interessa e exclui o que não interessa. Uma arte de colocar em funcionamento a ação pedagógica que não é inocente, tampouco desinteressada. Uma arte que está imersa e que se faz no interior nos jogos de força, das relações de poder.

A arte pedagógica coloca em funcionamento um currículo que acaba por expressar, entre outras coisas, a forma como certas questões são definidas como problemas sociais: basta pensar nas inúmeras propostas de temáticas que vêm sendo introduzidas nos espaços escolares – aids, trânsito, violência, direitos humanos, sexo, destruição ambiental etc. São os olhares que colocamos sobre as coisas que produzem os problemas e tais verdades estão em nosso olhar porque, interpelados por tais discursos, nos constituímos de determinada forma e não de outra.

Ao tecer estas considerações, não estamos entendendo o currículo apenas como os conteúdos, disciplinas, objetivos, metodologias, estratégias de avaliação etc. que compõem o conjunto

pedagógico, mas concebendo esse conjunto como algo articulado segundo certa ordenação e em determinada direção; ou seja, um conjunto articulado de saberes – que se tornam pedagógicos –, regidos por uma determinada ordem, estabelecida em uma arena em que estão em luta visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas, significados sobre as coisas e os seres do mundo (SILVA, 2008a).

Nessa arena, os conhecimentos ditos de senso comum, religiosos, culturais, entre outros, passam a ganhar território quando entendidos como conhecimentos tão válidos quanto os conhecimentos científicos. O perigo nessa mudança de status está na conformação, no enquadramento a que um conhecimento é submetido ao ganhar status de cientificidade.

A teorização sobre o currículo, a escola e a educação têm se ocupado em nos contar um amplo e variado conjunto de “verdades” denominado “ciência educacional”, composto por narrativas que trataram de explicar e descrever, por exemplo, o que e como são a criança e o adolescente, como funciona a escola e a sala de aula, para que servem a educação, a disciplina, o currículo etc. (COSTA, 1999, p. 42).

Tais narrativas têm um estatuto de verdade na medida em que são produzidas por sujeitos em posição de poder/saber que lhes possibilita narrar o outro e definir condutas mais adequadas, melhores aceitas. Essa política de representação, ou seja, essa disputa por narrar o outro tomando a si próprio como referência, como normal, e o outro como diferente, exótico, é a forma ou o regime de verdade em que são constituídos os saberes que fomos ensinados a acolher como verdadeiros e científicos, a partir dos quais classificamos e hierarquizamos os seres, o mundo.

O currículo dos cursos de Pedagogia é um lugar de circulação de narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da sociabilização dirigida, controlada. É em grande parte à escola que tem sido atribuída a competência para concretizar um projeto de indivíduo para um projeto de sociedade. O currículo é produtivo: não se movimenta apenas no campo das narrativas do dever ser, ele faz por meio da ação pedagógica, pautado em saberes pedagógicos. Molda condutas de modo disciplinar, e o disciplinar diz respeito a disciplinaridade (disciplina-saber) e ao disciplinamento (disciplina-corpo). Quando uma narrativa do currículo fala sobre algo ou alguém, ela também dispõe sobre esse sujeito e sua posição adequada, orientada por uma forma pedagogicamente aceita: ela nomeia, enquadra, classifica, regula, coordena. Ela fixa identidades e define os lugares sociais.

Por fim, o currículo que produz sentidos e significados traz, também, questões políticas, culturais, econômicas e sociais de diferentes grupos de sujeitos e não pode ser visto de modo acabado, estático, mas como um processo dinâmico que ocorre na interação com o outro. Assim, ofertar, no

âmbito da universidade, nos cursos de Pedagogia, uma disciplina que discuta questões de gênero e sexualidade é assumir posição no jogo de forças na luta da produção cultural, em que os sentidos, as significações e os sujeitos são produzidos e se produzem não tanto nos conhecimentos que são trabalhados, mas pelo que fazemos e pelo que nos é feito com esses conhecimentos.

O currículo efetua, assim, um processo de inclusão de certos saberes e de certos indivíduos, excluindo outros. Ele também fabrica os objetos de que fala: saberes, competências, sucesso, fracasso. Nesse sentido, através das maneiras e das condições pelas quais o conhecimento é selecionado, organizado e avaliado nas escolas e posto em funcionamento por uma arte pedagógica, o currículo sanciona socialmente o poder (POPKEWITZ, 2008).

No material coletado, identificamos que das 52 disciplinas com ementas diferentes entre si, mas que abordam gênero e sexualidade e estão localizadas em cursos de Pedagogia das universidades, 44 são optativas e apenas 8 tem caráter obrigatório, sendo exigido seu cumprimento na formação docente. Isso nos alerta para o jogo de poder que se faz presente e incessante nas artimanhas do currículo, uma vez que ainda que a discussão esteja posta como possibilidade, constituindo-se enquanto um componente curricular e assumida enquanto um saber legítimo para o processo de formação docente – do contrário não constaria no currículo de forma alguma – o fato de estar na lista das que podem não ser cursadas, anuncia a ainda fragilidade desse campo de saber enquanto elemento da arte pedagógica da atualidade.

Na próxima sessão nos dedicamos a cercar as disciplinas mapeadas nas universidades federais pesquisadas, nos colocando no exercício de problematizar alguns elementos que nos parecem importantes trazer à baila da discussão.

DE COMO A SEXUALIDADE ENTRA PARA O ROL DE DISCIPLINAS DA PEDAGOGIA

Nesta sessão transitamos pelo movimento de dar visibilidade aos modos como ao longo da história do Ocidente, a sexualidade ganha lugar privilegiado da atenção por parte dos mais diferentes aspectos que cercam a conduta humana. Fazemos isso seguindo algumas pistas dos ensinamentos de Michel Foucault, filósofo francês do século XX que dedicou seus estudos – na correnteza de Friedrich Nietzsche (filósofo alemão do século XIX) – a pensar como nos tornamos aquilo que somos.

Foucault, buscando compreender as problemáticas do presente, inspirado na teoria nietzschiana do conhecimento (a qual descarta a ideia de razão transcendental) e inspirado nos pressupostos dos historiadores da Nova História, rompe com a forma tradicional e linear com que

aprendemos a narrar a história das coisas e dos acontecimentos – forma que apresenta uma relação direta de causa-consequência – e nos ensina outra maneira de compor uma história do presente.

As pesquisas de Michel Foucault são marcadas por importantes deslocamentos que cercam a questão “como nos tornamos aquilo que somos?”. Na relação do ser com o saber, de como nos tornamos sujeitos do saber, Foucault busca compreender os sistemas de saberes que constituem o sujeito moderno, ao qual denomina arqueologia. Essa é uma estratégia metodológica que escava a história de forma vertical, buscando, em sua descontinuidade, dar visibilidade a “fragmentos de ideias, conceitos, discursos já esquecidos e aparentemente desprezíveis, para, a partir desses fragmentos, compreender as epistemes antigas ou mesmo, e talvez principalmente, a nossa presente” (VEIGA-NETO, 1995, p. 21). A arqueologia é, assim, o método em que Foucault tece os saberes que nos tornaram aquilo que temos sido ao longo da história.

Na relação do ser como as formas de poder, de como nos tornamos sujeitos do poder, Foucault nos mostra a existência de condições que são externas aos saberes e que, ao mesmo tempo, são parte deles. Nessa composição entre as condições externas e internas, os sujeitos são constituídos de determinadas formas e não de outras. Há, aqui, uma questão política manifesta, a que Foucault denomina relações de poder. Para ele, o poder é como uma teia que nos cerca, captura e produz efeitos sempre, incessantemente. Foucault nos mostra que, atrelado ao poder, está o saber; um saber também produzido, que narra o que somos e dita para onde vamos (ou, ao menos, para onde deveríamos ir), normalizando-nos constantemente. A justaposição do poder-saber constitui aquilo que somos, nos aponta o que ainda não somos, assim como o que devemos ser, de acordo como a racionalidade do tempo em que vivemos. Tal forma de análise é nomeada genealogia.

A genealogia é um dos métodos utilizados por Michel Foucault que tem como eixo principal as relações de poder-saber na constituição dos sujeitos. Para o autor, o sujeito não é algo dado ou preexistente ao mundo social, é no interior das tramas do poder e do saber que nos constituímos como sujeito; ou seja, as relações que estabelecemos no mundo e com o mundo não são nunca relações neutras, tampouco são relações unilaterais como a de opressor-oprimido, por exemplo. Foucault nos provoca para pensar que as relações de poder são relações que se ramificam, de forma horizontal, entre os sujeitos, ocorrendo em rede e se sustentando mutuamente.

Foucault, ainda – e sempre – preocupado em como nos tornamos aquilo que somos, busca entender, por meio da genealogia, as formas como o poder se articula, produzindo saberes e compondo sujeitos e subjetividades. O que acontece é uma busca na história das coisas de como saber e poder se formulam politicamente. Assim, a partir da década de 1980, Michel Foucault traça um

novo deslocamento, dessa vez preocupado com a relação do sujeito com si mesmo, do ser-consigo (VEIGA-NETO, 1995).

Nessa fase, o autor se dedica a investigar como se dão os processos de subjetivação do sujeito a partir das relações que ele estabelece entre os processos de disciplinamento dado pelas instituições de sequestro – as quais buscam formar determinados tipos de sujeitos de acordo com certa racionalidade – e como cada sujeito em si se autodisciplina, autogoverna e conduz a si mesmo a partir de tecnologias do eu. Assim, temos a chamada fase da ética ou da estética da existência. Aqui seu objeto de análise é a sexualidade, um estudo que nos permite compreender como os discursos em torno das práticas sexuais vão modulando o sujeito na relação consigo, a partir de técnicas de si, moldando a própria subjetividade, de como, por meio de quais jogos de verdade, o ser humano se reconheceu como sujeito de desejo.

Essa discussão desloca o entendimento de ética do nível dos juízos morais referentes à conduta humana para uma ética que trata do modo como o indivíduo se constitui sujeito de suas próprias ações, pensando a ética como um cuidado consigo e com o outro. Tal estudo trata da história da sexualidade em diferentes contextos históricos, partindo da antiguidade clássica, passando pelo cristianismo até a atualidade. Foucault evidencia que a sexualidade sempre esteve na ordem do discurso, mas destaca que é preciso problematizar que se falou dela de diferentes formas, ou seja, a partir de discursos de vários campos de saber – medicina, psicologia, educação, entre outros – e elegendo locutores e interlocutores como autorizados a esse discurso. Para o autor, a partir do final do século XVI, a sexualidade, “em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; [...] de disseminação e implantação das sexualidades” (2007, p. 19).

A vontade de saber fez com que o sexo fosse colocado em discurso, a partir de diferentes pontos de vista, lugares e sujeitos convocados a falar. Dentre as instâncias sociais que passaram a problematizar a sexualidade, a escola apresenta-se como um espaço potente para promover essas discussões, já que seu funcionamento, enquanto uma maquinaria social, que através de práticas pedagógicas, tem regulado e disciplinado os corpos dos sujeitos, visando torná-los dóceis e úteis para o bom funcionamento da sociedade (FOUCAULT, 2003) e, assim também, para a regulação e vigilância da forma como os sujeitos vivem a sua sexualidade.

A partir do século XVIII, quando as discussões acerca da sexualidade passam a estar presente nas escolas, esse assunto é encerrado em uma teia discursiva, que se utiliza de diferentes dispositivos e estratégias discursivas para fazer falarem as crianças, os/as adolescentes, os/as professores/as, as

famílias, entre outros sujeitos envolvidos com o processo educativo. Então, “cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (FOUCAULT, 2007, p. 31).

Pensar acerca dos diferentes entendimentos que a sexualidade foi adquirindo ao longo dos tempos, foi um trabalho desenvolvido por Foucault na obra “História da Sexualidade: A vontade de saber”. Ao longo do livro ele busca “determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana” (FOUCAULT, 2007, p. 17). Para tanto, ele suscita algumas contingências históricas que se apresentaram como marcantes para pensarmos o discurso da sexualidade e que possibilitaram que a interdição acerca do sexo se constituísse como o elemento fundamental. A partir dessa interdição/repressão em torno da sexualidade é que se produziu a história do que poderia ser falado acerca do sexo a partir da Idade Moderna.

Sendo assim, a repressão e a interdição dos discursos sobre a sexualidade não são uma ilusão. Durante o regime vitoriano imperava uma sexualidade que deveria permanecer em silêncio, muda e hipócrita (FOUCAULT, 2007). No entanto, o que Foucault propõe que pensemos é que

esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe de se reduzirem a isso (FOUCAULT, 2007, pp. 18-19).

A sexualidade é da ordem do discurso, entretanto, é importante pensar que ao longo dos tempos falou-se dela de diferentes formas. Além disso, foram acionados diferentes sujeitos e diferentes campos de saber para falar e pensar acerca da sexualidade dos indivíduos. Então, não é pensar se essas produções discursivas produziram verdades sobre a sexualidade, “mas revelar a ‘vontade de saber’ que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento” (FOUCAULT, 2007, p. 18).

Foi através dessa produção discursiva da sexualidade enquanto algo que deveria se conhecer em detalhes, controlar e gerenciar é que se desenvolveu, a partir do século XVII, um dispositivo da sexualidade. Ao invés de uma repressão em torno e a propósito do sexo, o que se estabeleceu foi esse dispositivo, “como nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes” (FOUCAULT, 2007, p. 134).

O dispositivo da sexualidade tem como alvo principal o corpo, intensificando-o e valorizando-o enquanto objeto de saber engendrado a relações de poder. Esse dispositivo então instaura uma relação entre o poder, o prazer e o saber que se amplia para todo corpo social a fim de controlar as populações de maneira global, são “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2007a, p. 246). Pensar a rede que pode se estabelecer entre um conjunto de elementos heterogêneos, foi a proposta de Foucault ao utilizar o termo dispositivo, o qual

engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo (FOUCAULT, 2007a, p. 244).

Por meio dessa rede entre o dito e o não dito é que o dispositivo da sexualidade foi sendo constituído, não entendendo que houve uma hipótese repressiva em torno do sexo, mas pensando na valorização do discurso do sexo enquanto segredo ou algo que deveria ser mantido em silêncio, articulado a outros mecanismos de poder, são eles, “a enunciação em determinadas condições e a determinadas pessoas” (RIBEIRO, 2006, p. 110).

Sendo assim, não através da interdição e/ou da negação, mas por meio de um controle do vocabulário e definindo-se quando falar sobre sexo, quem poderia falar, quais locutores/as e interlocutores/as estavam autorizados a falar, ou seja, falando constantemente sobre a sexualidade, foi a maneira que a nossa sociedade encontrou para vigiar e controlar os sujeitos, produzindo assim modos de viver a sexualidade. Inscrito nesse jogo de poder e ligado a configurações de saber, o dispositivo emerge com o objetivo de “responder a uma urgência” (FOUCAULT, 2007a, p. 244). No que concerne à sexualidade, essa função estratégica do dispositivo é de vigiar, gerenciar e normalizar o corpo dos indivíduos, através de mecanismos de poder contemporâneos.

Então, o dispositivo da sexualidade tem atuado a partir do momento sociocultural e histórico que estamos vivenciando, moldando e determinando nossos comportamentos. Para tanto, baseia-se nos elementos que compõem o pensamento foucaultiano: a produção de um campo de saber sobre a sexualidade, o exercício de relações de poder que colocam em funcionamento na rede discursiva alguns ditos sobre a sexualidade como verdades e outros não e a constituição do sujeito que deve viver a sua sexualidade dentro dos padrões estabelecidos socialmente.

Nesse sentido, o dispositivo da sexualidade está inscrito em um jogo de forças, não em “termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder” (FOUCAULT, 2007b, p. 102). Ao traçar essa correlação com os mecanismos de poder, é importante ressaltar que para Foucault, esse poder não emana de um centro, não está localizado em uma instituição como o Estado e não é algo que uns

detenham em detrimento de outros, que sofrem suas ações. Para Foucault, o poder está em toda a parte, é uma rede de relações de ações sobre ações. “Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2007a, p. 248).

Não se trata de olhar para as relações na ordem da sexualidade para procurar quem detém o poder, ou quem está privado dele, ou ainda quem tem o direito de saber e quem não o tem, mas “trata-se de imergir a produção exuberante dos discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, múltiplas e móveis” (FOUCAULT, 2007b, p. 108).

Pensando nesse exercício do poder que produz um campo de saber sobre a sexualidade, Foucault aponta que na modernidade é possível identificarmos duas tecnologias de poder, sobre as quais, a sexualidade está entrelaçada. De um lado os mecanismos disciplinares do corpo, um investimento em controlar os comportamentos sexuais com uma permanente vigilância, “por exemplo, da masturbação que foram exercidos sobre as crianças desde o fim do século XVIII até o século XX, e isto no meio familiar, no meio escolar, etc., representam exatamente esse lado de controle disciplinar da sexualidade” (FOUCAULT, 2005, p. 300). Por outro lado, mas não excluindo esse poder disciplinar, mas se integrando a ele, vemos aparecer uma técnica de poder que se dirige a processos globais, “a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população” (Ibid., 2005, p. 300).

A partir da relação entre essas duas técnicas de poder é possível perceber que o dispositivo da sexualidade vem colocando em funcionamento uma rede de discursos visando o controle da sexualidade dos sujeitos e tem atuado, ao mesmo tempo, sobre o corpo individual e sobre processos coletivos de uma população por diferentes estratégias, como a modulação de seus discursos no interior de disciplinas acadêmicas ministradas em cursos de Pedagogia, conforme expresso no quadro abaixo:

Quadro 1: Distribuição das Disciplinas por Região

Região	Disciplina	Situação
NORTE	Organização do Trabalho Pedagógico e Diversidade	Obrigatória
NORDESTE	Educação e Gênero	Optativa
	Introdução aos estudos de gênero	Optativa
	Sexualidade e educação	Optativa
	Sexualidade, subjetividade e cultura	Optativa
	Identidade, diferença e diversidade	Optativa
	Seminário II: Educação sexual nas escolas	Optativa

	História das relações de gênero e educação	Optativa
	Cultura, gênero e religiosidade	Optativa
	Educação Sexual	Optativa
	Sexualidade e educação	Optativa
	Família, gênero e educação na perspectiva sócio-filosófica	Optativa
	Educação e diversidade cultural	Optativa
	Educação em direitos humanos e diversidade e cidadania	Optativa
	Gênero e educação	Optativa
	Tópicos especiais em educação IV – sexualidade e as implicações na infância	Optativa
	Tópicos especiais em educação VI – sexualidade e as implicações na infância	Optativa
CENTRO-OESTE	Gênero e Educação	Optativa
	Escola e Diversidade: Interfaces Políticas e Sociais	Obrigatória
	Gênero e Sexualidade na Educação	Obrigatória
	Educação Sexual	Optativa
	Educação e Sexualidade	Optativa
	Educação e gênero	Optativa
	Diversidade cultural	Optativa
	Estágio Supervisionado em Diversidade	Obrigatória
	Corpo, saúde e sexualidade	Optativa
	Educação e Relações de Gênero	Optativa
	Educação, sexualidade e gênero	Obrigatória
	Diversidade cultural	Optativa
	Fundamentos da educação e diversidade	Optativa
	Práticas pedagógicas em educação e diversidade	Optativa
	Mundo social e diversidade cultural	Obrigatória
	Diversidade da demanda por educação	Obrigatória
	Estudo de gênero sexismo na educação especial	Optativa
	Diversidade cultural	Optativa
	Estudos de gênero na educação	Obrigatória
	Orientação sexual	Optativa
	Educação, diversidade e práticas pedagógicas	Optativa
	Práticas inovadoras de atenção à diversidade	Optativa
	Educação, diversidade e direitos humanos	Optativa
Educação e diversidade cultural	Optativa	
Educação sexual	Optativa	
Educação e sexualidade	Optativa	
SUDESTE	Educação e Gênero	Optativa
	Educação, gênero e sexualidade	Optativa
	Gênero, sociedade e políticas públicas	Optativa
SUL	História e diversidade cultural	Optativa
	Educação, Gênero e Sexualidade	Optativa
	Sexualidades	Optativa
	Gênero e Sexualidades nos espaços educativos	Optativa
	Educação sexual na escola	Optativa
	Gênero, Infância e Educação	Optativa

Fonte: Material elaborado pelas autoras

Presente nas cinco regiões brasileiras, em distintas universidades federais, essas disciplinas que integram os currículos dos cursos de Pedagogia, expressam, de alguma forma, que o debate acerca das questões de gênero e sexualidade vem atravessando o processo formativo dos sujeitos no âmbito do Ensino Superior, em especial em um curso de formação de professores/as. Cabe destacar que nessa oferta de disciplinas que discutem as questões de gênero e sexualidade nos cursos de Pedagogia das universidades federais brasileiras, as regiões centro-oeste e nordeste apresentam a maior oferta de disciplinas, seguidas da região Sul, Sudeste e, por fim, a região Norte em que há a oferta de apenas uma disciplina no curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Roraima.

Diferentes são os fatores que podem ser apontados enquanto elementos que têm impulsionado o debate de tais questões nessa etapa de ensino, dentre eles destacamos as políticas públicas educacionais, as quais desde o início do século XXI, vêm apresentando diretrizes que orientam para a importância de problematizar as questões de gênero e sexualidade na formação inicial dos sujeitos. Dentre elas, destacamos as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia que, em seu Art. 4º, parágrafo único, apontam:

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:
X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (BRASIL, 2006).

Promover o respeito às diversidades, sejam elas de gênero, de sexualidade, bem como das diferenças de geração, raça e etnia entre outras, expressas nessa política pública e também em outras políticas destinadas a “orientar” a educação, como o caso das Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos, de alguma forma, vem produzindo alguns ecos nos currículos das diferentes etapas de ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

A proliferação discursiva no âmbito das políticas públicas coloca em evidência a atuação do dispositivo da sexualidade no campo educacional, provocando a produção de pedagogias da sexualidade. Em uma “incitação institucional a falar do sexo e falar dele cada vez mais” (FOUCAULT, 2007, p. 24), algumas instâncias sociais foram acionadas e continuam sendo espaços privilegiados para falar de sexualidade – dentre elas podemos destacar a família, a escola, entre outras –, mas outros espaços também emergem como potentes para atuação desse dispositivo, como é o caso dos cursos de formação de professores/as, em especial professores/as da infância, como a Pedagogia.

A modulação dos discursos em torno da sexualidade em disciplinas acadêmicas expressa uma relação de poder/prazer/saber instaurada pelo dispositivo da sexualidade, que busca capturar os sujeitos em suas tramas, mas a partir também de outros discursos que não somente aqueles pautados na materialidade biológica e no cuidado com a saúde e o risco à doenças, como é possível perceber em algumas das ementas das disciplinas ofertadas para cursos de Pedagogia das universidades federais brasileiras pesquisadas:

Organização do Trabalho Pedagógico e Diversidade (Obrigatória)³ - Ênfase no contexto de heterogeneidade e diversidade em que se realiza a docência e sua correlação com aspectos que permeiam este processo de formação e atuação, a partir das concepções teóricas pertinentes. Discussões que permeiam o campo de atuação do professor sob diferentes realidades e experiências a partir de pesquisas e intervenções. A atuação do professor diante da diversidade étnica, de gênero, cultural, biológica e social. Escola e diversidade.

Identidade, diferença e diversidade (Optativa)⁴ - Imagens do pensamento (noologia) e suas relações com a educação; Identidade, diferença e diversidade na imagem dogmática do pensamento (Representação Clássica); Identidade, diferença e diversidade no pensamento sem imagem (Filosofia da Diferença) Processos de individualização e normalização nas sociedades disciplinares e nas sociedades de controle; Biopolítica dos processos de inclusão e exclusão.

Educação e diversidade cultural (Optativa)⁵ - Analisar a escola como um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram e a capacidade de compreender e se posicionar diante de um mundo em constante transformação política, econômica e sociocultural. Refletir sobre a relação eu/outro indagando as possibilidades de inclusão de todo tipo de diferença dentro do espaço escolar.

Educação em direitos humanos e diversidade e cidadania (Optativa)⁶ - O processo histórico dos direitos humanos e da educação em direitos humanos. Conceitos e fundamentos teórico-metodológicos da educação em direitos humanos. A escola como espaço de construção da cidadania. Educar para a diversidade no respeito integral aos direitos humanos.

Escola e Diversidade: Interfaces Políticas e Sociais (Obrigatória)⁷ - Escola e diversidade: educação do campo, indígena e diversidade étnico-racial. Os sujeitos da educação e a diversidade: gênero e idade. A diversidade na legislação educacional: da LDB às diretrizes curriculares nacionais.

Diversidade cultural (Optativa)⁸ - Os diversos espaços socioculturais: clivagens de classe, inter-étnias, sexuais e de gênero. Identidades e alteridades no Brasil contemporâneo. Diversidade cultural e suas implicações no processo de conhecimento e significação do mundo.

³ Disciplina ofertada no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

⁴ Disciplina ofertada no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará – UFC.

⁵ Disciplina ofertada no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

⁶ Disciplina ofertada no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

⁷ Disciplina ofertada no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

⁸ Disciplina ofertada no curso de Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Outros saberes então ingressam nessa teia discursiva sobre a sexualidade, já que a palavra de ordem na atualidade é a promoção e o reconhecimento da diversidade e da diferença. Essa rede discursiva que vem sendo produzida sobre esses temas tem instituído alguns efeitos de verdade, tanto que as políticas educacionais quanto essas disciplinas ofertadas nos cursos de Pedagogia de universidades federais, têm buscado discutir a diversidade e em alguns momentos a marcação da diferença sobre diferentes aspectos, são eles: de gênero, sexual, raça, etnia, geração, entre outros.

É possível perceber que essas ementas vêm mobilizando outras discussões, também impulsionadas pelas políticas educacionais, temas como questões de gênero, promoção, reconhecimento e respeito a diversidade e da diferença, têm sido debatidas nas disciplinas. Com isso, é possível perceber alguns deslocamentos que o dispositivo da sexualidade vem sofrendo a partir do objetivo de atender a certas urgências.

No entanto, é importante ficarmos atentos/as para que esses debates não fiquem restritos a ações de boa vontade, tolerância e de olhares exóticos ou terapêuticos para com as diferenças (SILVA, 2014). Sendo assim, mais do que reconhecer a diferença é preciso problematizá-la, colocar sobre suspeita os processos sociais que vêm produzindo essas diferenças, que estão imersas em relações de poder, “colocar no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las” (Ibid., 2014).

Estando esses temas nessa ordem discursiva produzida a partir das ementas, é possível perceber uma atualização desse dispositivo da sexualidade, ou seja, já não é sobre o foco das doenças e do risco à saúde, mas através de outros discursos que a sexualidade tem sido abordada, possibilitando assim essa atualização do dispositivo. No entanto, foi possível perceber também uma repetição desse dispositivo da sexualidade, quando a Pedagogia emerge como o curso de graduação em que há um maior número de disciplinas sendo ofertadas. É com o objetivo de controlar e gerir a sexualidade infantil que a Pedagogia surge como um campo de saber potente para falar de sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É com inspirações na genealogia, para a sua forma de olhar para a história com outros olhos, com o propósito de construir um olhar diferente sobre os objetos, a fim de “explicar sua existência e suas transformações situando-se como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político” (MACHADO, 2007, p. x), que buscamos produzir essa escrita.

No mapeamento, ao traçarmos esse olhar para as disciplinas ofertadas nos cursos de Pedagogia das universidades federais brasileiras, investimos em análises que buscassem problematizar as relações de poder e saber implicadas na produção desses currículos do Ensino Superior. Quando a maioria das disciplinas que discutem a sexualidade vem sendo ofertada de forma optativa, não tivemos como pretensão a defesa de que essa discussão esteja em disciplinas obrigatórias, buscamos pensar nas relações que fazem com que alguns conhecimentos integrem o currículo e outros não.

Essa seleção do que é conhecimento e o que não é conhecimento está imbricada em um jogo de poder, no qual legítimos são os conhecimentos científicos, sendo assim, são eles que adquirem esse estatuto de saber válido e é sobre ele que a escola irá alicerçar sua prática pedagógica. Sendo a sexualidade, abordada nessas disciplinas, não somente através da ciência sexual, ou seja, do discurso pautado na materialidade biológica, ela não vem sendo ofertada de forma mais significativa como uma disciplina obrigatória, mas sim como optativa. Assim, o currículo é uma arena em que a legitimação de alguns saberes está em constante disputa.

Além disso, é importante ressaltar que embora o debate acerca da sexualidade em cursos de licenciaturas seja importante, a formação inicial também possui seus limites, seja no número de disciplinas ofertadas, na carga horária, nos embates e lutas que enfrentam os professores/as para ofertar tais disciplinas, entre outros tantos limites que poderíamos citar.

Por esse viés, é que a formação continuada também se torna uma importante aliada para que a sexualidade seja parte integrante dos currículos escolares e não somente as universidades. Essas formações são estratégias para ampliar os estudos e discussões tanto acerca da sexualidade quanto a outros temas pertinentes a formação docente, já que se não houver esse investimento na formação inicial e também continuada de professores/as “para a promoção da cultura dos direitos humanos, do reconhecimento da diferença e da diversidade, de pouco servirão as diretrizes para os sistemas, pois elas não produzirão automaticamente sujeitos dispostos ou aptos para implementá-las” (JUNQUEIRA, 2014).

Ao empreender esse estudo, não tivemos como pretensão encerrar essas discussões em uma única teia discursiva, entendendo que somente através dessas disciplinas é que a sexualidade tem sido problematizada no cenário do Ensino Superior, mais especificamente nos cursos de Pedagogia. A instituição de um espaço de discussão, nesse caso, as disciplinas, podem ser apontadas como um fato significativo, no entanto, esse debate acerca da sexualidade não necessariamente está presente de forma disciplinar, a transversalização desse tema, também pode ser uma das estratégias utilizadas

pelos/as professores/as para problematizar a sexualidade. Nesse sentido, ao analisar essa emergência de disciplinas, tanto obrigatórias quanto optativas, que discutem a sexualidade nos cursos de Pedagogia nas universidades federais, buscamos pensar os efeitos que essa incitação discursiva tem produzido na contemporaneidade e que tem tornado a sexualidade cada vez mais visível e enunciável, chegando a ser tema de debate no Ensino Superior, por meio dessas disciplinas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In.: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. pp. 37-68.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 382 pág.

214

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. 24. ed. São Paulo: Graal, 2007a. 288 pág.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007b. 176 pág.

FOUCAULT, M. Polêmica, Política e Problematizações. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp. 225-233

FOUCAULT, M. O filósofo mascarado. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. pp. 314-321.

JUNQUEIRA, Rogério. Conceitos de Diversidade. Parte II. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 2, n. 4, pp. 4-9, jul./dez. 2014.

Disponível em: <http://issuu.com/gefefurg/docs/diversidadeeducacao04>. Acesso em: 20 out. 2021.

MARSHALL. James D. Michel Foucault: pesquisa educacional como problematização. In.: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina. (Orgs.). **Por que Foucault?: novas diretrizes para a pesquisa educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2008. pp. 25-39.

POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulamentação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 173-210.

REVEL, Judith. O pensamento vertical: uma ética da problematização. GROS. Frédéric (org.). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. pp. 65-87.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. A sexualidade como dispositivo histórico de poder. In: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Meri Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006. pp. 109-118.

RIZZA, Juliana Lapa. **A sexualidade no cenário do ensino superior: um estudo sobre as disciplinas nos cursos de graduação das universidades federais brasileiras**. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

SILVA, G. R. **Discursos de verdade nas práticas de escolarização com crianças pequenas: uma arte pedagógica na atualidade** / Gisele Ruiz Silva. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Rio Grande/ RS, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 73-102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus às metanarrativas educacionais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2008a. pp. 247-258.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2008b. pp. 190-207.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 156 pág.

VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. In: **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. pp. 87-96.

VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Crítica Pós-Estruturalista e Educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Teoria e Método em Michel Foucault (im)possibilidades**. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [34], pp.83 - 94, setembro/dezembro 2009 Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1635>. Acesso em: 14 out. 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Currículo e cultura**. Contrapontos - ano 2 - n. 4 - Itajaí, jan/abr 2002. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/133/113>. Acesso em: 14 out. 2021.